

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1012682-62.2016.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação**
Requerente: **Everaldo Fernando da Silva**
Requerido: **Tim Celular S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação em que o autor alegou que é titular de linha telefônica junto à ré, tendo em junho de 2016 solicitado a migração para outro plano de seu interesse, o que deveria suceder em 24 horas sem qualquer custo adicional ou fidelização consoante lhe foi informado.

Alegou ainda que desde então passou a receber faturas com valores diferentes daqueles ajustados (quitando-as para evitar maiores problemas), além da velocidade do serviço de acesso à *internet* ter sua velocidade reduzida sem que houvesse justificativa para tanto.

Buscou solucionar a pendência de inúmeras maneiras, mas isso somente aconteceu após quatro meses.

Almeja à restituição das importâncias que pagou a maior e ao ressarcimento dos danos morais que suportou.

A ré em contestação reconheceu a falha que lhe foi atribuída, imputando-a a um problema operacional na migração da linha em apreço.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Não negou, portanto, os fatos articulados pelo autor e tampouco esclareceu por quais razões demorou por vários meses para resolver a situação.

Outrossim, não refutou a emissão de faturas com valores acima dos convencionados com o autor, a exemplo dos respectivos pagamentos implementados pelo mesmo.

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária, conduz ao acolhimento da pretensão deduzida.

A restituição do que o autor pagou sem que houvesse lastro é de rigor, até para evitar o inconcebível enriquecimento sem causa da ré em seu prejuízo.

Ressalvo, por oportuno, que o pleito no particular não contempla a devolução em dobro.

De igual modo, estão configurados os danos morais.

Por fatos com os quais não teve ligação alguma, o autor foi exposto a desgaste de vulto quando tentou sem êxito durante meses fazer com que a ré cumprisse o que haviam contratado.

As regras de experiência comum (art. 5º da Lei nº 9.099/95) são suficientes para patentear que isso implicou abalo muito superior ao mero dissabor inerente à vida cotidiana, não tendo a ré ao menos na espécie dispensado ao autor o tratamento que lhe era exigível.

É o que basta para a caracterização dos danos morais.

Quanto à indenização, será fixada de acordo com os critérios usualmente empregados em casos afins.

Assim, à míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica das partes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização devida ao autor em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a pagar ao autor as quantias de R\$ 545,68, acrescida de correção monetária, a partir do desembolso de cada importância que a compôs, e juros de mora, a partir da citação, e de R\$ 5.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intímese.

São Carlos, 02 de fevereiro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**